



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo 20 (vinte) questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm 5 (cinco) opções de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- A prova discursiva acompanha folhas de rascunho, devendo a resposta definitiva ser preenchida no espaço indicado como folhas de resposta definitiva.

TEMPO

- Você dispõe de 4 (quatro) horas para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e preenchimento da resposta definitiva da prova discursiva;
- 1 (hora) hora após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos 30 (trinta) minutos anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.

NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar-se da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identificação e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- Boa prova!

PROVA OBJETIVA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 01. Com base no julgamento do Tema 1.234 pelo STF (Leading Case: RE 1366243), assinale a alternativa correta em relação ao fornecimento de medicamentos não incorporados às listas do Sistema Único de Saúde (SUS).

- A) O Poder Judiciário pode determinar o fornecimento de qualquer medicamento, independentemente de sua inclusão nas listas do SUS, desde que haja prescrição médica.
- B) A ausência de inclusão de um medicamento nas listas do SUS impede, como regra geral, o fornecimento do fármaco por decisão judicial, independentemente do custo.
- C) É possível a concessão judicial de medicamentos não registrados na ANVISA, desde que o autor da ação comprove a urgência do tratamento.
- D) O juiz deve deferir o fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS sem a necessidade de comprovação de requisitos específicos, considerando apenas a necessidade do paciente.
- E) Não cabe ao Poder Judiciário interferir no mérito administrativo, restando ao Poder Executivo promover a gestão exclusiva do fornecimento de medicamentos ofertados pelo SUS.

Questão 02. Qual é o termo inicial dos juros de mora em ações de indenização por danos morais fundadas em responsabilidade contratual, segundo o entendimento do STJ?

- A) A data do evento danoso.
- B) A data da citação.
- C) A data do falecimento da vítima.
- D) A data do arbitramento da indenização.

E) A data do recebimento da petição inicial.

Questão 03. O princípio do parcelamento nas licitações tem como fundamento permitir que mais empresas participem da disputa, gerando economia para os cofres públicos. Com base nessa afirmação e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021?

- A) A opção deve ser sempre pela divisão em lotes menores, independentemente das circunstâncias.
- B) A estruturação em lote único é permitida apenas em casos de emergência ou calamidade pública.
- C) A escolha pelo lote único deve ser fundamentada em razões técnicas adequadas, conforme o art. 40, § 3º, I, da Lei nº 14.133/2021.
- D) A Administração pode optar pelo lote único sem necessidade de justificativa, desde que o edital esteja publicado.
- E) É vedado o parcelamento, devendo ser seguido sempre o princípio da unicidade do certame licitatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 04. Após a edição da LC Municipal nº 201/2025, que instituiu a nova Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município (PGM) de Araguaína, o Prefeito determinou que a instituição atue exclusivamente na via contenciosa. Paralelamente, ordenou que a Secretaria de Governo elaborasse, de forma unilateral e via Portaria, o novo Regimento Interno da PGM. Considerando a situação hipotética e o disposto na LC Municipal nº 201/2025, assinale a afirmativa correta:

- A) A atuação da PGM na tutela de interesses difusos e coletivos municipais é inconstitucional, uma vez que a

Constituição Federal outorga tal mister com exclusividade ao Ministério Público.

B) A orientação do Prefeito para que a PGM atue de forma exclusivamente contenciosa viola as diretrizes legais da instituição, uma vez que a prevenção de conflitos e a assistência no controle da legalidade são fundamentos expressos de sua atuação.

C) A determinação para a elaboração do Regimento Interno pela Secretaria de Governo é válida, pois a PGM subordina-se tecnicamente ao Chefe do Executivo, não possuindo autonomia.

D) O Regimento Interno da PGM deverá ser elaborado pelo Procurador-Geral, com a participação dos membros da carreira, e sua aprovação dar-se-á por meio de Lei Ordinária votada na Câmara Municipal.

E) A PGM rege-se pelo princípio institucional da disponibilidade da tutela do interesse público, o que autoriza o gestor a transigir livremente sobre os interesses difusos do município.

Questão 05. Visando focar em demandas locais, cidadãos de Araguaína decidem fundar o partido político "Frente Municipalista Araguainense" (FMA), com estatuto prevendo caráter estritamente estadual, com atuação restrita ao Tocantins. Para viabilizar sua infraestrutura inicial, os fundadores firmam acordo para receber doações financeiras de uma fundação vinculada a um governo estrangeiro. Considerando os preceitos constitucionais que regem os partidos políticos, a iniciativa do grupo é:

A) Válida, pois o princípio constitucional da autonomia partidária garante a livre criação das agremiações e afasta a obrigatoriedade de abrangência nacional, desde que respeitado o regime democrático.

B) Inconstitucional em ambos os aspectos, uma vez que a Constituição exige o caráter nacional dos partidos políticos e proíbe expressamente o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

C) Válida parcialmente, pois embora o caráter regional ou estadual seja permitido pela Constituição para fomentar o pacto federativo, é absolutamente vedado o recebimento de recursos estrangeiros.

D) Inconstitucional, pois a criação de um partido político exige prévia autorização do Congresso Nacional e prestação de contas simultânea aos Tribunais de Contas, além de não poder focar em demandas puramente municipais.

E) Válida, desde que a agremiação comprove sua viabilidade eleitoral nos municípios do Tocantins e preste contas anualmente à Justiça Eleitoral, sendo permitida a doação por tratar-se de fundação e não diretamente do tesouro estrangeiro.

Questão 06. A Câmara Municipal de Araguaína aprovou recentemente um amplo projeto de emenda que reformula integralmente a Lei Orgânica do Município. O Prefeito, no entanto, discordou profundamente de alguns dispositivos aprovados e instaurou uma consulta formal à Procuradoria-Geral do Município (PGM) indagando sobre a possibilidade de exercer o seu poder de veto (total ou parcial) sobre o texto e questionando as regras de validade desse processo legislativo. A PGM deverá emitir parecer informando corretamente que:

A) O Prefeito poderá exercer o veto, desde que o projeto da Lei Orgânica tenha sido aprovado por maioria absoluta da Câmara Municipal em turno único de votação.

B) A Lei Orgânica não se sujeita à sanção ou ao veto do Prefeito, pois deve ser

promulgada pela própria Câmara Municipal, após aprovação por dois terços de seus membros, em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias.

C) A promulgação da Lei Orgânica é ato de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, sendo exigida a sua aprovação legislativa em dois turnos, com interstício de quinze dias, por maioria simples dos Vereadores.

D) O processo legislativo da Lei Orgânica exige aprovação em turno único por dois terços da Câmara, cabendo ao Prefeito o poder de veto exclusivamente sobre os dispositivos que alterem a regra de mandato de quatro anos do Executivo e do Legislativo.

E) A Lei Orgânica deve ser aprovada pela Câmara Municipal e obrigatoriamente submetida a referendo popular, assegurando-se as regras constitucionais de eleição direta de Prefeito e Vereadores para mandatos de cinco anos.

DIREITO CIVIL

Questão 07. Sobre a transmissão da herança e o princípio da *saisine*, é correto afirmar que:

A) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

B) A transmissão da herança depende da aceitação expressa de todos os herdeiros perante um tabelião.

C) O espólio compreende apenas os bens móveis e imóveis, excluindo-se as dívidas e obrigações deixadas pelo falecido.

D) A posse e a propriedade dos bens que compõem o espólio transmitem-se aos herdeiros apenas após a homologação judicial da partilha.

E) Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, apenas aos herdeiros legítimos.

Questão 08. João adquiriu um apartamento de Maria por meio de um instrumento particular de promessa de compra e venda. João imitiu-se na posse do imóvel (recebeu as chaves e passou a morar no local), e o Condomínio teve ciência inequívoca da transação, embora a escritura pública ainda não tenha sido lavrada nem registrada no Cartório de Registro de Imóveis. Diante da existência de cotas condominiais vencidas e não pagas após a entrada de João no imóvel, assinale a alternativa correta:

A) Maria, na qualidade de proprietária constante no registro de imóveis, é a única que possui legitimidade passiva para responder pelos débitos perante o Condomínio, em razão do princípio da publicidade registral.

B) João é o responsável pelo pagamento das cotas condominiais, pois a sua responsabilidade se define pela imissão na posse e pela ciência do Condomínio sobre a transação, independentemente do registro imobiliário.

C) Por se tratar de obrigação *propter rem*, João e Maria respondem de forma solidária e subsidiária perante o Condomínio, podendo o credor escolher livremente quem processar sem qualquer critério de posse.

D) A responsabilidade de João só passará a existir após o registro do título translativo na matrícula do imóvel, permanecendo o imóvel como garantia real apenas para dívidas contraídas por Maria.

E) Por se tratar de obrigação *propter rem*, João e Maria respondem de forma subsidiária perante o Condomínio, podendo o credor escolher livremente quem processar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 09. O Município de Araguaína, representado por sua Procuradoria-

Geral, foi formalmente intimado de uma sentença desfavorável proferida em uma Ação de Cobrança. A referida intimação ocorreu de maneira eletrônica, por meio do portal do Tribunal de Justiça. Sabe-se que a regra geral do Código de Processo Civil prevê o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a interposição do recurso de apelação. Em outro processo paralelo, de natureza especial, uma lei específica determinou expressamente que "o ente público terá o prazo improrrogável de 20 (vinte) dias para se manifestar sobre o laudo". Considerando as regras estabelecidas no Código de Processo Civil quanto aos prazos da Fazenda Pública, assinale a afirmativa correta:

A) O Município gozará do prazo em dobro (30 dias úteis) para interpor a apelação, contados da intimação eletrônica, e também terá seu prazo dobrado no segundo processo (40 dias úteis), dada a irrenunciabilidade da prerrogativa da Fazenda Pública.

B) A intimação via portal eletrônico não configura intimação pessoal válida para a Fazenda Pública, de modo que os prazos do Município apenas começarão a fluir após a remessa física dos autos à sede da Procuradoria-Geral.

C) A prerrogativa de prazo em dobro para todas as manifestações processuais aplica-se exclusivamente à União e aos Estados-membros, devendo o Município de Araguaína submeter-se ao prazo simples de 15 (quinze) dias úteis para a apelação.

D) O Município gozará de 30 dias úteis para interpor a apelação no primeiro caso. Contudo, no segundo processo, não se aplicará o benefício da contagem em dobro, devendo o Município obedecer ao prazo específico de 20 dias fixado pela referida lei.

E) A Fazenda Pública possui a prerrogativa de prazo em quádruplo para contestar e

em dobro para recorrer, razão pela qual o Município disporá de 60 dias úteis caso necessite apresentar contestação, independentemente da via de intimação.

Questão 10. O Município de Araguaína é intimado eletronicamente, na pessoa de seu Procurador, para se manifestar em sede de Cumprimento de Sentença que lhe impõe a obrigação de pagar quantia certa. Ao analisar cautelosamente os autos, o Procurador Municipal constata duas situações fáticas: I) O exequente elaborou a memória de cálculo utilizando índices de juros não previstos no título executivo, gerando patente excesso de execução; II) O Procurador percebeu que a pretensão original do autor já estava prescrita antes mesmo da fase de conhecimento, mas a prescrição nunca foi alegada durante o processo de conhecimento. Considerando o procedimento estabelecido pelo Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta:

A) A defesa cabível deverá ser apresentada por meio de Embargos à Execução, distribuídos em autos apartados, dispondo o Município do prazo em dobro de 60 (sessenta) dias, por força das prerrogativas da Fazenda Pública.

B) O Município disporá do prazo específico de 30 (trinta) dias para apresentar impugnação nos próprios autos, devendo declarar de imediato o valor que entende correto em relação ao excesso de execução, sob pena de não conhecimento dessa arguição.

C) Ao arguir o excesso de execução, o Procurador poderá fazê-lo de forma genérica, requerendo ao juízo a remessa à contadoria judicial para apuração do valor exato, não havendo exigência legal de apresentação de demonstrativo discriminado no ato da impugnação.

D) A impugnação municipal poderá fundamentar-se validamente na ocorrência da prescrição consumada antes da fase de conhecimento, uma vez que se trata de matéria de ordem pública, passível de alegação a qualquer tempo, mesmo após o trânsito em julgado.

E) A intimação eletrônica é inválida para dar início ao prazo de impugnação, devendo a Fazenda Pública ser intimada necessariamente por mandado ou carga dos autos físicos para apresentar sua defesa restrita a questões de nulidade de citação.

Questão 11. O Município de Araguaína atua em duas demandas distintas. No Processo "X" (em fase de conhecimento), o juiz profere decisão interlocutória que redistribui o ônus da prova em desfavor do Município. No Processo "Y" (em fase de cumprimento de sentença), o juiz profere decisão interlocutória indeferindo o pedido do Município para substituição de um bem penhorado. Considerando as regras de cabimento recursal do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

A) A decisão do Processo "X" desafia agravo de instrumento, ao passo que a decisão do Processo "Y", por ocorrer em sede de cumprimento de sentença, só poderá ser impugnada em eventual apelação.

B) O recurso cabível para ambas as decisões é o agravo de instrumento, tendo em vista a previsão expressa legal tanto para a redistribuição do ônus da prova na fase de conhecimento quanto para decisões em fase de cumprimento de sentença.

C) A redistribuição do ônus da prova não consta no rol taxativo do CPC, devendo o Município aguardar a sentença do Processo "X" para recorrer, cabendo

agravo de instrumento apenas no Processo "Y".

D) Ambas as decisões são irrecorríveis de imediato, devendo a Fazenda Pública suscitar as matérias apenas em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, por ausência de previsão expressa no diploma processual.

E) Caberá agravo de instrumento exclusivamente no Processo "X", visto que a decisão do Processo "Y" demanda a oposição prévia de embargos à execução para fins de admissibilidade recursal.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 12. A respeito de remuneração e jornada de trabalho, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa incorreta:

A) A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.

B) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

C) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês da prestação de serviço ou nos dois subsequentes.

D) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

E) Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Questão 13. A respeito das relações de trabalho e relações de emprego previstas na CLT, assinale a alternativa correta.

A) Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

B) Haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

C) Desde que estejam devidamente caracterizados os pressupostos da relação de emprego, poderá haver distinções entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

D) Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.

E) Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições, desde que com fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.

PROCESSO DO TRABALHO

Questão 14. A respeito da Fazenda Pública na Justiça do Trabalho, assinale as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A citação e intimação deverão ser pessoais.

() Há isenção de depósito recursal e custas processuais.

() Não haverá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

() Diferentemente da advocacia privada, os procuradores públicos atuam baseados na própria nomeação, tornando a procuração desnecessária.

() Não se sujeita à penhora de bens e segue o regime de precatórios ou Requisitório de Pequeno Valor (RPV).

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

A) V – V – V – V - F

B) F – V – V – V - V

C) V – F – V – V - F

D) V – F – F – V - F

E) V – V – F – V - V

Questão 15. Sobre a terceirização no serviço público, assinale a alternativa correta.

A) A terceirização no serviço público envolve a contratação de empresas privadas pela Administração Pública para as atividades meio, não sendo possível, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, para as atividades fim.

B) A Administração Pública responde pelas verbas deferidas em sentença, ainda que não tenha participado da ação judicial.

C) A responsabilidade do tomador do serviço abrange somente as verbas salariais da condenação, não se incluindo as multas e outras penalidades.

D) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal a obrigação de provar eventual falha da Administração Pública na fiscalização das obrigações trabalhistas de empresa prestadora de serviços é da parte autora da ação.

E) Segundo o Tribunal Superior do Trabalho a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, poderá gerar vínculo de

emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 16. Conforme as disposições da Lei Complementar Municipal nº 058/2017 (Código Tributário do Município de Araguaína/TO), assinale a alternativa correta:

A) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos podem ser opostas à Fazenda Pública Municipal para modificar a definição legal do sujeito passivo, desde que devidamente registradas em cartório de títulos e documentos.

B) No caso de sucessão imobiliária, os créditos tributários referentes ao IPTU e às taxas de serviços sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, inclusive quando conste do título aquisitivo a prova de sua quitação.

C) A responsabilidade por infrações à legislação tributária municipal é, via de regra, objetiva, independendo da intenção do agente ou da efetividade dos efeitos do ato, e se transfere integralmente aos responsáveis tributários por força da solidariedade.

D) O Domicílio Eletrônico do Contribuinte - DEC, instituído para a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Fazenda e o sujeito passivo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, é de credenciamento obrigatório para pessoas jurídicas e físicas, conforme regulamento, sendo que a ciência de atos administrativos por este meio é considerada pessoal para todos os efeitos legais.

E) A denúncia espontânea da infração, quando acompanhada do pedido de parcelamento do tributo devido e dos juros de mora, exclui a responsabilidade

do contribuinte quanto à multa punitiva e à multa de mora.

Questão 17. Assinale a alternativa correta considerando a Lei Complementar Municipal nº 058/2017 e o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

A) O Município de Araguaína/TO pode instituir taxa de iluminação pública para remunerar o serviço de iluminação de logradouros, desde que a base de cálculo seja distinta da do IPTU e o valor seja destinado exclusivamente à manutenção da rede.

B) O locatário de imóvel urbano, por ser o possuidor direto e responsável contratual pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o bem, possui legitimidade ativa ad causam para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e repetir eventual indébito.

C) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de uma taxa municipal, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto (como a metragem do imóvel para taxa de lixo e IPTU), desde que não haja identidade integral entre ambas as bases de cálculo.

D) A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área que a legislação de Araguaína considere como urbanizável ou de expansão urbana depende da existência de, pelo menos, dois dos melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público previstos no Código Tributário Nacional.

E) Segundo o regime de constituição do crédito tributário, a notificação do auto de infração interrompe o prazo prescricional, enquanto a decisão administrativa definitiva faz cessar a contagem do prazo decadencial para o lançamento.

Questão 18. Considerando a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), bem como as disposições da Lei Complementar Municipal nº 058/2017 sobre o ISSQN, o ITBI e a cobrança do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

A) Em relação ao ITBI, o Município de Araguaína/TO pode arbitrar previamente a base de cálculo com respaldo em valor de referência estabelecido unilateralmente pelo Fisco, servindo o valor venal do IPTU como piso de tributação obrigatório.

B) Segundo o STF, o fato gerador do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI) ocorre no momento da celebração do contrato de promessa de compra e venda por instrumento público, sendo legítima a exigência do tributo antes do registro imobiliário.

C) A lista de serviços tributáveis pelo ISSQN prevista na legislação municipal é taxativa (*numerus clausus*), o que impede, sob pena de violação à legalidade estrita, a incidência do imposto sobre atividades que não estejam expressamente descritas com base em interpretação extensiva, ainda que sejam inerentes aos serviços elencados.

D) A adesão do contribuinte a programa de parcelamento de débitos fiscais do Município é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário e interrompe o prazo prescricional, o qual volta a correr por inteiro a partir do inadimplemento da última parcela pelo contribuinte.

E) O valor da transação imobiliária declarado pelo contribuinte para fins de ITBI goza de presunção relativa de veracidade, podendo o Fisco Municipal afastá-lo de plano mediante simples lançamento de ofício, sem a necessidade

de instauração de processo administrativo prévio.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 19. No que tange à organização administrativa e institucional, a Lei Complementar Municipal nº 197/2025 reestruturou o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína (IMPAR). À luz da referida norma e dos conceitos modernos de Direito Administrativo, o IMPAR é definido juridicamente como:

A) Um órgão autônomo pertencente à Administração Pública Direta, com independência funcional e orçamentária.

B) Pessoa Jurídica de direito público interno de natureza Autárquica que compõe a Administração Pública direta do Município de Araguaína, responsável pela aposentadoria dos servidores públicos do Município de Araguaína.

C) Fundação pública de direito público, componente da Administração indireta, dotada de patrimônio próprio e responsável pela aposentadoria dos servidores públicos do Município de Araguaína.

D) Entidade de direito público, sob a forma de autarquia, integrante da Administração Pública Indireta, não subordinada hierarquicamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, mas vinculada para fins de supervisão finalística.

E) Unidade gestora descentralizada, sem personalidade jurídica própria, que opera como um fundo especial subordinado à Secretaria Municipal da Fazenda.

Questão 20. Um servidor público efetivo do Município de Araguaína falece, deixando como único dependente habilitado seu filho, o qual começou a receber pensão por morte. Ao completar 21 anos, o filho apresenta um requerimento administrativo ao Instituto

de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Araguaína - IMPAR solicitando a prorrogação do benefício, alegando estar regularmente matriculado em curso de ensino superior e não possuir renda própria que garanta sua subsistência. Considerando que o falecimento ocorreu após a vigência da Lei Complementar Municipal nº 197/2025, assinale a decisão correta a ser tomada pela autarquia:

A) A pensão deve ser mantida até os 24 (vinte e quatro) anos, desde que comprovada a matrícula em curso universitário.

B) O pagamento deve ser mantido até os 24 (vinte e quatro) anos, desde que o beneficiário comprove a manutenção da condição de dependência econômica e a ausência de meios de subsistência próprios.

C) O benefício deve ser prorrogado até os 24 anos, desde que comprovada a matrícula em curso universitário, além da comprovação da manutenção da condição de dependência econômica e a ausência de meios de subsistência próprios.

D) O benefício deve ser prorrogado até os 24 anos, mas com redução de 50% (cinquenta por cento) da pensão recebida, conforme regra aplicável para pensionistas acadêmicos.

E) O benefício deve ser cessado imediatamente, uma vez que a lei municipal estabelece a idade de 21 anos como limite para filhos que não estejam em situação de invalidez ou deficiência, não havendo previsão legal para extensão por motivo de estudos.